

2 **Berna: condições desumanas num estaleiro da construção** 3 **Ter direito a prestações sociais e não as requerer** 4 **AHV-AVS: o que mudou a partir de 2024**

Nr. 1 | Fevereiro 2024 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Agora vamos votar!

Migrantes, votem por uma melhor pensão de reforma!



A 3 de março: SIM à 13.ª pensão de reforma!

No dia 3 de março vamos poder decidir sobre o futuro das pensões de reforma na Suíça. Vão ser votadas duas iniciativas populares: uma requer pensões mais elevadas para atuais e futuros reformados (AHV-AVSx13), a outra quer aumentar o tempo de trabalho (Iniciativa pelo aumento da idade de reforma). A iniciativa dos sindicatos «Por uma vida melhor na velhice (Iniciativa por uma 13.ª pensão de reforma AHV-AVS)» pretende introduzir um 13.º mês de pensão de reforma. Isto corresponderia a um aumento de 8,3% das pensões AHV-AVS. Aumento urgentemente necessário.

Marek Wieruszewski

Infelizmente, na Suíça a pobreza na velhice é uma realidade. Uma sondagem representativa revela que 200 000 idosos vivem abaixo do limiar de pobreza. Outros 100 000 idosos encontram-se ligeiramente acima do limiar de pobreza. Quem são estas pessoas? Como é frequente, são sobretudo mulheres e migrantes. Isto apesar de os migrantes descontarem, no total, mais para o seguro AHV-AVS do que aquilo que recebem.

Pensões demasiado baixas

A subida das rendas de casa e dos prémios do seguro de saúde, a inflação em geral consumirão até ao final de 2024 o valor de um mês de pensão. Isto significa que os reformados terão ainda menos dinheiro disponível. Todos os afetados notam isto bem. A pensão média AHV-AVS é inferior a 1800 francos ao mês. A Constituição prevê que a pensão AHV-AVS consiga suportar as

despesas de subsistência, o que é cada vez menos o caso.

Boas previsões

As primeiras sondagens da Tamedia sobre a votação da iniciativa AHV-AVS x13 são encorajadoras. 71% dos inquiridos dizem que pretendem votar a favor. Isto significa que a iniciativa goza atualmente de um apoio maioritário em todas as camadas da população, mesmo em círculos tradicionalmente conservadores em termos económicos. Para Pierre-Yves Maillard, presidente da União de Sindicatos Suíços (USS) e político socialista, a razão pela qual esta iniciativa é tão bem recebida pela população é clara: «A 13.ª pensão AHV-AVS é a melhor e mais rápida solução para melhorar as pensões».

Ajudemos a melhorar as pensões

Mas a luta não está ganha. Os círculos ligados ao capital estão a fazer uma in-

tensa campanha contra a iniciativa. Por isso, é importante que todas as pessoas que podem votar. Muitas pessoas de origem migrante têm cidadania suíça e podem votar. É importante que exerçam o direito de voto. Mas mesmo aqueles que não têm direito de voto podem contribuir para o sucesso da iniciativa. Falando com amigos e colegas que têm direito de voto, convencendo-os das vantagens do aumento das pensões. Para que a iniciativa AHV-AVSx13 seja aceite, é necessária uma empenhada e forte participação de todos nós.

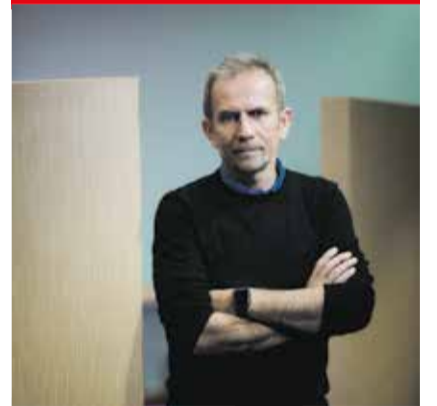
Trabalhar até mais tarde? Não!

A segunda iniciativa que vai ser votada a 3 de março é a do Partido da Juventude liberal. Este quer aumentar a idade da reforma. Numa primeira fase, a idade da reforma passaria para os 66 anos. Depois, aumentaria 0,8 meses por cada mês adicional de esperança de vida. No boletim de voto, a iniciativa inti-

tula-se: «Por um regime de reforma seguro e sustentável (Iniciativa sobre a reforma)». A ideia da juventude liberal de aumentar a idade da reforma afetaria sobretudo as pessoas que já se encontram numa situação precária. Com o aumento da idade de referência do AHV-AVS, só os ricos poderiam reformar-se antecipadamente. Os outros teriam de trabalhar ainda mais tempo, independentemente do seu estado de saúde. E sistemas de reforma antecipada, como o FAR, teriam de se adaptar, aumentado também a idade da reforma destes trabalhadores. A iniciativa tem de ser veementemente recusada.

Mais informações sobre as votações: <https://www.unia.ch/de/kampagnen/ahv-x13>

Editorial



«Agora vou votar»

No dia 3 de março, vamos votar sobre a introdução de uma 13.ª pensão AHV-AVS na Suíça. Ao votarmos «SIM» nas urnas, temos a possibilidade de melhorar a vida de muitos reformados atuais e futuros. E, por favor, vão votar! Oigo frequentemente pessoas dizerem que sim, que votariam, mas que não sabem como. A boa notícia é que se pode aprender a votar. Elaborámos um guia para si na página 3.

Gostaria de partilhar esta história consigo. Há alguns anos estávamos a recolher assinaturas para uma iniciativa AHV-AVS. Um colega ativista originário das terras altas do cantão de Berna, a quem passo a chamar Urs, e eu deveríamos recolher as assinaturas na estação de comboios. Separámo-nos e ao fim de duas horas fizemos uma pausa para um café. Contei-lhe quantas assinaturas eu já tinha recolhido. Urs respondeu de forma breve e franca: «Tenho zero assinaturas, não sei como é que isto funciona». Fiquei surpreendido, porque o Urs é suíço, interessado em política e ativista. Discutimos como é que a recolha de assinaturas funciona, ele praticou um pouco. A seguir ele teve bastante sucesso e ficou muito satisfeito.

Este episódio fez-me compreender que o exercício dos direitos políticos não é inato, mas que, tal como outras coisas, tem de ser aprendido e praticado. Também me fez lembrar o meu primeiro voto depois de me naturalizar, quando ainda não sabia como votar por correspondência. Perguntei simplesmente às pessoas que o sabiam fazer. E não foi assim tão difícil. Atualmente, participo regularmente em eleições e votações e tenho o privilégio de ter uma palavra a dizer na política. E vou dizer SIM à 13.ª pensão AHV-AVS.

Hilmi Gashi

Notícias breves

9 de março: eleições para a Assembleia da República Portuguesa

No dia 9 de março, os eleitores portugueses são chamados a eleger os seus representantes para a Assembleia da República Portuguesa. Isto porque, na sequência da demissão do primeiro-ministro, António Costa, a 7 de novembro de 2023, o Presidente da República dissolveu a Assembleia da República a 15 de janeiro de 2024. Os eleitores residentes no estrangeiro podem votar por correspondência ou presencialmente. Para esta última opção, teriam de ter manifestado a intenção de votar em presença até ao dia 10 de janeiro. Se não manifestou o desejo de votar presencialmente, receberá na morada que consta dos registos consulares a documentação necessária para exercer o direito de voto por correspondência. Caso tenha mudado de morada, mas não a tenha atualizado nos registos consulares, verifique se a correspondência foi enviada para a sua morada anterior. Votar é importante! É importante votar nas forças políticas que têm preocupações sociais e defendem os interesses dos trabalhadores. Mais informações relacionadas com as eleições na página de internet da Comissão Nacional de Eleições: www.cne.pt

Avanços no ramo da segurança: prolongamento do CCT e salários mínimos mais altos

O Unia e outras organizações de trabalhadores foram bem-sucedidos nas negociações realizadas em dezembro passado com os empregadores do ramo da segurança. Foi decidido que o contrato coletivo de trabalho manterá a força obrigatória (o que significa que é válido para todos os trabalhadores e empresas do sector). Além disso, os salários mínimos serão aumentados em 1,8%. Agora, os parceiros sociais apelam com insistência ao sector público para, quando adjudica trabalhos, ter em conta não só o preço, mas também a qualidade do trabalho e as condições de trabalho de quem o realiza. Este princípio é importante para evitar preços baixos à custa dos trabalhadores.

Aumento dos salários no ramo de construção de andaimes

Embora as negociações sobre para a renovação do CCT do ramo de construção de andaimes devam começar este ano, os sindicatos já no ano passado conseguiram negociar um aumento do salário mínimo de 105 para 150 francos suíços ao mês e um aumento do salário mínimo em 1,5%. O Unia tem ainda outras reivindicações em cima da mesa: melhores medidas para a prevenção de acidentes; redução do horário de trabalho para uma média de 8 horas diárias, o que corresponde a cerca de 100 horas por ano; que a pausa das 9h conte como tempo de trabalho (o que corresponde a cerca de 60 horas por ano); restrições para o trabalho ao sábado; garantia de que no verão todos os trabalhadores possam gozar pelo menos três semanas de férias seguidas e uma verdadeira proteção dos trabalhadores mais velhos através de períodos de pré-aviso mais longos.

Balanço anual do grupo Migros: maior volume de negócios, mais pressão sobre o pessoal

Em 2023, o grupo empresarial Migros conseguiu melhorar significativamente o seu volume de negócios. Apesar disso, exerce cada vez mais pressão sobre o pessoal. Os bons resultados empresariais têm de levar a melhores salários e a um aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras. O Migros recusa qualquer diálogo. O Unia exige expressamente que os resultados positivos não encham só os cofres, mas que também sejam utilizados para melhorar a vida e as condições laborais do pessoal.

**Luta contra dumping salarial e condições de trabalho precárias
Sucesso num estaleiro da construção em Berna**

Situação insustentável num estaleiro em Berna: durante semanas, trabalhadores da construção civil, contratados na Hungria, tiveram de comer, dormir e sobreviver no local de trabalho – entre imundície e ferramentas. E como se isso não bastasse, foram burlados nos salários: em vez de 27 francos à hora recebiam só 15 euros. Só depois de ações de protesto frente ao estaleiro é que receberam os salários corretos.

Emine Sariaslan



Os trabalhadores e o Unia conseguiram o fim de condições de trabalho indignas

Numa visita ao estaleiro da construção em Berna, secretários do Unia depararam-se com condições de trabalho e de vida indignas, que denunciaram. Vários trabalhadores húngaros não só trabalhavam, como também tinham de viver no local de trabalho: em colchões sem lençóis, no chão, com instalações sanitárias imundas ao lado de um termoacumulador e de um chuveiro improvisado entre paredes meio demolidas. Isto durante algumas semanas. O sindicato Unia reagiu imediatamente, levando os cinco trabalhadores para um hotel, para os tirar das condições insalubres e humilhantes e lhes disponibilizar um alojamento decente.

Burla salarial

Investigações posteriores, realizadas pelo Unia, mostraram que os trabalhadores tinham sido burlados no salário. Os salários mínimos do ramo profissional são cerca de 27 francos à hora. A empresa «Matszbo Team KFT», sediada em Budapeste, responsável pelo destacamento destes trabalhadores, apenas lhes prometeu 15 euros à hora. Porém, nem sequer este salário de dumping os trabalhadores receberam. As despesas e os suplementos para alojamento e alimentação também não foram pagos.

Paralisação de trabalho

Juntamente com os trabalhadores, o Unia organizou uma ação de protesto frente ao estaleiro, paralisando o trabalho. A empresa responsável pela obra, «Roga Generalunternehmung GmbH», sediada no cantão de Schwyz, foi deste modo alertada para as irregularidades e fez com que o montante em falta fosse imediatamente pago. Os trabalhadores já receberam os 36305.– francos a que, no total, tinham direito.

Melhores medidas de acompanhamento

A paralisação do trabalho em casos flagrantes de dumping salarial é eficaz e pode pôr rapidamente termo a este tipo de situações de trabalho e de alojamento indignas. Este caso mostra que as despesas gastas na Suíça devem ser pagas pelas empresas de destacamento, caso contrário os trabalhadores acabarão, literalmente, no lixo. Este caso mostra também que as medidas de acompanhamento devem ser alargadas e não desmanteladas. O que precisamos é de um alargamento das medidas de acompanhamento, com uma correspondente regulamentação a nível nacional.

**Protesto bem-sucedido dos trabalhadores da logística
CEVA Logistics aumenta os salários**

Os trabalhadores da CEVA Logistics reivindicaram durante vários meses negociações sobre aumentos salariais e melhores condições de trabalho. A empresa fez agora as primeiras concessões nos salários. No centro de logística trabalham cerca de 500 pessoas, na sua maioria mulheres, no processamento de devoluções da loja online Zalando, a troco de salários muito baixos.

Hilmi Gashi

A pressão exercida pelos trabalhadores do centro de logística da CEVA, em Neuendorf (SO) está a dar resultados. A empresa anunciou uma série de melhorias: a introdução de um 13.º mês, aumentos gerais para os trabalhadores efetivos e temporários e um aumento gradual para cinco semanas de férias (com um dia extra em 2024). Atualmente, mais de metade dos trabalhadores tem um contrato temporário.

Salários baixos, más condições de trabalho

Estas melhorias surgem após meses de repetidas reivindicações do pessoal para negociações sobre aumentos salariais e melhores condições de trabalho. A maioria dos cerca 250 a 300 trabalhadores, entre os quais predominam as mulheres, ganha menos de 3500 francos ao mês no processamento das devoluções da Zalando. A pressão no trabalho é extremamente elevada: em setembro, os indicadores de desempenho (número de encomendas a processar) foram aumentados em mais 5%, sem qualquer alteração salarial.

O empenho dos trabalhadores surtiu efeito

No outono de 2023 os trabalhadores do turno da manhã levaram a cabo uma ação de protesto para fazerem valer as suas reivindicações. Quando ameaçaram com um aviso de greve, a CEVA fez finalmente as primeiras cedências para aumentar os salários escandalosamente baixos. O Unia apela à empresa para negociar com os representantes dos trabalhadores e para dialogar com estes a fim de encontrarem soluções que melhorem as condições de trabalho no futuro. Ainda há muitas questões importantes e reivindicações dos trabalhadores por resolver.



Assembleia dos trabalhadores de CEVA Logistics em protesto

Como votar pelo correio? Votar significa ter uma palavra a dizer!

O dia 3 de março é importante para trabalhadores e trabalhadoras: os eleitores suíços vão decidir se teremos um 13.º mês de pensão de reforma (ver pág. 1) e se vamos ter de trabalhar até mais tarde. É importante que todos vão votar. Mas muitas vezes é difícil saber o que fazer com a documentação que se recebe. Pode-se votar nos locais de voto do município ou por correio. Explicamos aqui brevemente o procedimento de voto

Como votar pelo correio

O procedimento exato difere de cantão para cantão. Em princípio, vota-se da seguinte forma:

Abra com cuidado o envelope em que se encontra a documentação.	Recomendamos que escreva SIM no boletim de voto «Por uma vida melhor na velhice (Iniciativa por uma 13.ª pensão de reforma)». E recomendamos que escreva NÃO no boletim de voto «Por uma reforma segura na velhice (Iniciativa sobre a reforma)». Utilize a língua da região em que vive.	Coloque os boletins de voto no envelope de votação anónimo.	Assine o certificado eleitoral.	Coloque o envelope de votação e o certificado eleitoral no envelope enviado com a documentação de voto. Antes de fechar o envelope, confirme se introduziu tudo corretamente e verifique se a direção fica à vista através da janela do envelope.	Envie o envelope pelo correio o mais tardar até 27 de fevereiro de 2024 ou ponha-o na caixa de correio da administração local até 1 de março de 2024.

Ministro da Economia ignora os trabalhadores Conselho Federal recusa a proteção contra o despedimento

Na sua última reunião antes do Natal, o Conselho Federal deu um presente envenenado aos trabalhadores: a proteção contra o despedimento não será adaptada às normas mínimas internacionais. Oficialmente, diz-se que o Ministro da Economia, Guy Parmelin (SVP-UDC), se limitou a «suspender temporariamente» o processo de mediação. Porém, na realidade isto significa que a mediação fracassou. Agora os sindicatos exigem uma iniciativa.

Anne-Sophie Zbinden, diretora do jornal work

Irresponsabilidade e falta de coragem

Vania Alleva, presidente do Unia, diz que «o fracasso se deve à atitude irresponsável da associação patronal e à falta de coragem do Conselho Federal. É escandaloso que nem sequer estejam dispostos a elevar a proteção dos trabalhadores contra o despedimento sem justa causa ao mínimo reconhecido internacionalmente». É por isso

que os sindicatos vão elaborar rapidamente uma iniciativa popular.

Suíça na lista negra

Há mais de vinte anos que os empregadores se recusam obstinadamente a melhorar a falta de proteção para os trabalhadores ativistas sindicais. Embora a Suíça tenha ratificado a Convenção n.º 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não

a aplica. Isto não é viável a longo prazo. Foi por esta razão que a OIT colocou a Suíça na lista negra em 2019, porque não protege suficientemente os direitos dos trabalhadores.

Curiosamente, a Suíça só foi retirada da lista negra da OIT ao concordar com a mediação. Resta saber se a Suíça será novamente incluída na lista negra.



Protesto contra a falta de proteção de trabalhadores despedidos sem justificação

Entrevista



Quando as pessoas não recorrem aos serviços sociais

O objetivo da providência social é apoiar e garantir uma vida digna a pessoas em situação de pobreza. Mas na Suíça, cerca de um terço das pessoas que teriam direito a apoio dos serviços sociais não o requerem. O Horizonte falou com o Professor Dr. Oliver Hümbelin, da Escola Superior de Berna, sobre as razões e as consequências deste facto.

Prof. Hümbelin, quem são as pessoas que não requerem a ajuda social a que teriam direito?

Trata-se sobretudo de trabalhadores pobres, os chamados «working poor». Estas pessoas têm um emprego, mas o que ganham não chega para a sua subsistência. Tanto podem ser suíços como migrantes. Para o cantão de Basileia-Cidade sabemos que as pessoas migrantes têm um maior risco de pobreza. Simultaneamente, a probabilidade de estas pessoas recorrerem à ajuda social é menor.

E porque é que não recorrem à ajuda social, se a ela têm direito?

Os motivos são diversos. Para migrantes, a língua e a falta de conhecimentos sobre o funcionamento dos serviços sociais constituem um grande obstáculo. As informações existem sobretudo na língua local e muitos impressos são complicados, mesmo para quem fala a língua. Muitas pessoas dizem que têm vergonha ou que têm medo de perder a sua independência. Nem toda a gente se sente à vontade para recorrer a apoios do estado. Também porque temem as consequências legais. P. ex. a obrigação de devolver o dinheiro caso a situação financeira melhore é uma forma de endividamento que pesa sobre as pessoas. E para migrantes coloca-se a questão de possíveis consequências para o seu direito de estadia na Suíça. A Lei relativa aos Estrangeiros e à Integração trouxe muitas incertezas e intimidou as pessoas.

O discurso negativo sobre a ajuda social nos meios de comunicação tem alguma influência?

Sim. A forma como a pobreza, como as pessoas ou determinados grupos são retratados na comunicação social tem consequências nas cabeças das pessoas. Isto apesar de haver aqui uma grande contradição. Há muito mais pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza sem requerer ajuda social do que pessoas a abusar da ajuda social. Apesar disso, existe um enorme aparelho para controlar eventuais abusos.

O que fazem as pessoas que não recorrem à ajuda dos serviços sociais?

Algumas procuram apoio em organizações de caridade, outras entre familiares e conhecidos. Mas isto pode ser problemático porque há o risco de se endividarem. Outras pessoas organizam-se para viver com muito pouco. Não vão ao médico ou ao dentista, retiram-se da vida social. A consequência é um isolamento cada vez maior e solidão. Isto pode levar a situações de pobreza crónica: a saúde vai ficando pior e acumulam-se os problemas que com um acompanhamento a tempo talvez pudessem ser evitados.

E quais são as consequências para a sociedade?

Para já, um enfraquecimento da coesão social. Depois, estas situações podem vir a ter custos para a sociedade. Pessoas que não vão ao médico, p. ex. podem vir a ter situações de emergência. Os custos suplementares disto têm de ser suportados por todos. Se há crianças na família, estas não terão as condições necessárias para se desenvolverem plenamente e há maior risco de, no futuro, também elas virem a ser pobres. Por tudo isto, as pessoas afetadas deveriam ser aconselhadas o mais cedo possível sobre caminhos que possam existir para sair da pobreza. Para isso, seria importante as pessoas não procurarem os serviços sociais só quando os problemas já se avolumaram. Deveriam informar-se o mais cedo possível sobre as possibilidades de apoio.

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos

Emprego suplementar: a caixa de desemprego pode exigir o dinheiro de volta?

Há 3 anos estive desempregado e recebi subsídio de desemprego. Ao mesmo tempo tive vários empregos através de agências de trabalho temporário e, à noite e aos fins de semana, trabalhava nas limpezas. A caixa de desemprego está agora a exigir-me a restituição do dinheiro porque não declarei estes trabalhos de limpeza. Estes trabalhos foram efetuados fora do meu horário normal de trabalho e eu apresentei sempre tudo corretamente. A caixa de desemprego pode exigir-me agora a restituição do dinheiro?

Natasa Jevdenic: Sim. No quadro da Lei federal relativa a medidas para combater o trabalho ilegal, o Serviço central de compensação compara os subsídios diários pagos pelo seguro de desemprego com os registos nas contas individuais (registos CI).

Em caso de sobreposição, a caixa de desemprego é informada e os casos são analisados em detalhe. Por isso, o procedimento da caixa de desemprego foi correto. Relativamente ao trabalho de limpezas, é necessário distinguir se já o exercia antes de ficar desempregado ou não. Qualquer trabalho efetuado durante o período em que se recebe subsídio de desemprego é considerado um rendimento suplementar. Se começou a trabalhar depois de ficar desempregado, deveria ter declarado esse emprego como rendimento suplementar. Se já tinha anteriormente estes empregos de limpezas, para além da sua carga de trabalho normal, trata-se de empregos suplementares. Se trabalhou mais durante o período de desemprego, deve ser considerado como rendimento intermédio, caso contrário não.

(Work, 1.12.23)

Cuidar dos filhos: posso requerer subsídio ao RAV/ORP?

O seguro de invalidez atribuiu ao meu marido uma pensão parcial. Esta não é suficiente para alimentar a nossa família de quatro pessoas. Eu própria cuido dos dois filhos (um e três anos) desde o nascimento do mais velho. Estou à procura de emprego, sem sucesso até agora. Como temos pouco dinheiro, inscrevi-me também nos serviços de ação social do município. A assistente social aconselhou-me a inscrever-me no RAV/ORP para poder receber o subsídio de desemprego enquanto estiver à procura de emprego. Tenho direito ao subsídio de desemprego, apesar de não trabalhar desde 2020?



Subsídio de desemprego: há exceções quando se cuida dos filhos. (Foto: Adobe Stock)

Marina Wyss: Sim, desde que estejam preenchidas todas as condições, nomeadamente os períodos de quotização. Quando se inscreve no RAV/ORP é calculado o chamado período de enquadramento, estabelecendo-se as contribuições que foram pagas durante um determinado período (períodos contributivos). Regra geral, para ter direito ao subsídio de desemprego, é necessário ter trabalhado durante 12 meses nos últimos dois anos. A lei prevê uma exceção para os segurados que se dedicaram à educação dos filhos menores de dez anos: os períodos contributivos têm de ter sido cumpridos nos últimos quatro anos, em vez de dois. Cada nascimento de um filho prolonga o período de contribuição. No seu caso, o facto de o seu marido ter ficado incapacitado é também um fator determinante. A lei prevê mesmo a isenção dos períodos contributivos nestes casos.

(Work, 15.12.23)

Reforma por invalidez: recebo apoio para os filhos?

Nos últimos três anos dediquei-me a cuidar dos nossos dois filhos pequenos. Quando atribuíram ao meu marido apenas uma pequena pensão de invalidez, entrei em contacto com o RAV/ORP. Felizmente, consegui encontrar rapidamente um emprego a tempo parcial. Atualmente, tenho de trabalhar de forma muito irregular, mas como o meu marido fica em casa, cuida ele das crianças. Uma vizinha contou-me que nestes casos os pais recebem apoio da segurança social. Isso é verdade?

Marina Wyss: Sim, pode mesmo requerer uma série de prestações da segurança social. O seu marido recebe uma pensão de invalidez, por conseguinte deveria receber um abono de família adicional do seguro de invalidez para ambos os filhos. Como voltou a trabalhar, tem direito ao abono de família através da sua entidade patronal. Como os seus filhos ainda são pequenos, recebe no mínimo, 200 francos de abono de família por cada filho. Pode contactar a caixa de compensação do seu cantão de residência. Além disso, o montante e os tipos de abono de família variam consoante o cantão, pelo que pode ter direito a outros abonos ou a abonos mais elevados.

(Work, 15.12.23)

Reforma AHV-AVS 21

Mudanças no sistema de pensões na Suíça

A principal mudança na segurança social em 2024 é a entrada em vigor da reforma AHV-AVS 21. Com esta, não só a idade da reforma das mulheres sobe, como a passagem da vida ativa para a reforma é mais flexível.

A reforma do seguro AHV-AVS 21, aprovada pelo povo suíço em setembro de 2022, será introduzida por etapas. As primeiras alterações entraram em vigor a 1 de janeiro de 2024. Uma primeira alteração é a substituição do termo «idade da reforma» por «idade de referência».

Idade de referência

Para os homens, a idade de referência continua a ser os 65 anos.

Para as mulheres, a idade de referência aumentará gradualmente de 64 para 65 anos:

Ano de nascimento da mulher	Idade de referência (idade da reforma)
Até 1960	64 anos
1961	64 anos + 3 meses
1962	64 anos + 6 meses
1963	64 anos + 9 meses
A partir de 1964	65 anos

A partir de 2025, a idade de referência das mulheres aumentará pela primeira vez três meses. Depois haverá mais três aumentos de 3 meses todos os anos até se chegar à idade de referência de 65 anos, como a dos homens, em 2028.

A geração de transição das mulheres

As mulheres nascidas entre 1961 e 1969 beneficiam de medidas compensatórias por causa do aumento da idade de reforma, quer dizer que receberão um complemento de pensão vitalício. Este depende do salário e do ano de nascimento:

Ano de nascimento	Idade da reforma	Suplementos em francos para salário		
		até Fr. 58 800	Fr. 58 801 e Fr. 73 500	superior a Fr. 73 501
1961	64¼	40.–	25.–	12.50
1962	64½	80.–	50.–	25.–
1963	64¾	120.–	75.–	37.50
1964	65	160.–	100.–	50.–
1965	65	160.–	100.–	50.–
1966	65	130.–	81.–	41.–
1967	65	101.–	63.–	32.–
1968	65	70.–	44.–	22.–
1969	65	40.–	25.–	12.50.–

Além disso, as mulheres da geração de transição podem reformar-se antecipadamente, como até agora, a partir dos 62 anos.

Flexibilização

A passagem da vida ativa para a reforma poderá ser feita de forma mais flexível e gradual. Por um lado, pode-se entrar na reforma a partir de qualquer mês entre os 63 e os 70 anos e, para as mulheres do grupo de transição, mesmo a partir dos 62 anos. Além disso, pode-se receber antecipadamente uma parte da pensão de reforma, em vez da totalidade. No caso do pagamento antecipado de uma parte da pensão, esta terá de corresponder no mínimo a 20% e, no máximo, a 80% da pensão completa. A pensão será reduzida em conformidade com o número de meses que faltam para a idade de referência.

Pode-se obter informações detalhadas nas Caixas de Compensação e, por exemplo, em: zas.admin.ch/zas/es/home/particuliers/rentes-de-vieillesse.html

Melhorar a pensão depois da reforma

Desde 1 de janeiro de 2024, as pessoas que continuem trabalhando depois da reforma podem escolher entre fazer descontos ou não para o AHV-AVS sobre os rendimentos até 1400 francos. Quem continua a trabalhar e opte por cotizar sobre a totalidade dos rendimentos, pode pedir uma única vez um novo cálculo da pensão e melhorar assim, em determinadas circunstâncias, a sua pensão de reforma. Isto também é possível para as pessoas que recebem uma pensão pelo sistema antigo.

O Horizonte será digital

Um jornal mais acessível

O «Horizonte» foi criado para informar os migrantes, na sua própria língua, sobre questões importantes do mundo do trabalho, da segurança social e relacionadas com a política de migração. Sete vezes ao aparecem artigos de qualidade em português e mais cinco línguas sobre contratos coletivos de trabalho, salários, iniciativas, questões jurídicas, entre muitos outros temas.

Hilmi Gashi

O «Horizonte», o jornal multilíngue do Unia, é anexado aos jornais do Unia, work, L'Événement syndical e area, sendo colocado no interior destes. Por isso, muitas vezes, os nossos sócios têm dificuldade em «descobrir» o jornal. Se uma pessoa não lê um destes jornais do Unia e o põe de lado, não encontra o «Horizonte» que está lá dentro.

Digitalização como oportunidade

Entretanto, as possibilidades de difusão de informações tornaram-se mais diversificadas. A digitalização e as plataformas de redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter abrem novas oportunidades para chegarmos aos nossos sócios e potenciais sócios. Esta evolução é uma oportunidade para o Unia, permitirá que o «Horizonte», com a sua informação em várias línguas, chegue a mais pessoas e seja divulgado através das redes sociais.

O terceiro número será digital

Em 2024, o «Horizonte» será publicado quatro vezes em papel e três vezes em formato digital. A partir de 2025 será só digital. O primeiro número só digital aparecerá a 11 de maio deste ano. Depois ainda haverá mais dois números em papel.

Assine o Horizonte agora

Para que o/a possamos informar sobre a publicação do Horizonte em formato digital, precisamos do seu endereço eletrónico ou número de telemóvel atuais. Preencha o formulário respetivo e subscreva o «Horizonte» gratuitamente. Os dados são tratados confidencialmente.

Subscrever «Horizonte»:

unia.ch/pt/socios/horizonte-digital

